

DA (IM)POSSÍVEL DEFINIÇÃO DE LÍNGUA NO DISCURSO DO SUJEITO PESQUISADOR DA LINGUAGEM

Marluza Terezinha DA ROSA
Universidade Federal de Santa Maria
marluza.rosa@gmail.com

O processo de escrita deste texto decorre de nosso interesse em compreender o funcionamento da língua no discurso do sujeito pesquisador da linguagem. Mais ainda, diz respeito a nossa vontade de conhecer e refletir sobre uma questão que, já há algum tempo, causa-nos desconforto em nosso estudo, em análise de discurso, sobre a noção de língua: a problemática da definição¹.

Este estudo é, pois, uma conseqüência de nossa inquietação quanto à forma por meio da qual a noção de língua é definida por teóricos que se filiam a uma perspectiva discursiva de língua(gem)². O incômodo de que falamos está no fato de que, em tal perspectiva, a língua é abordada como constituída pela incompletude, por pontos de impossível (cf. PÊCHEUX, 1990). Perguntamo-nos, então, como definir – gesto que teria como efeito um fechamento, uma saturação de sentidos – a língua, sendo esta uma materialidade passível de falha, de equívoco.

Com esse intuito, é que procuraremos observar, no discurso do sujeito pesquisador da linguagem, constituído (o discurso) a partir de sua (do sujeito) posição teórico-institucional, de que modo os dizeres ou formulações buscam dar conta de uma possível estabilização dos sentidos. Em outras palavras, que estratégias discursivas são utilizadas (e de que forma) na tentativa de sanar essas zonas de incompletude. De outro lado, objetivamos entender também como a própria definição se abre ao equívoco, marcando as impossibilidades do dizer.

Antes de adentrarmos nessa questão, gostaríamos de acentuar que falamos aqui em processo de escrita, pois é assim que a concebemos, não como o ato de produzir um texto, mas como um

¹ O que chamamos de definição diz respeito aos contornos por meio dos quais a noção de língua é formulada no discurso do sujeito pesquisador.

² Embora a designação *sujeito pesquisador da linguagem* possa abranger estudiosos de diversos lugares teóricos, neste estudo, tratamos do sujeito que assume uma concepção discursiva de língua(gem), seja ela filiada, ou não, aos preceitos teóricos pecheutianos.

gesto de (re)escrita e (re)leitura. Um fazer que, como processo, apresenta-se incompleto. Assim, o que pontuamos aqui são mais questões do que respostas, mais reflexões do que resultados, mais processo do que produto.

Na busca por um ponto de partida, por uma haste onde prender o fio de nosso discurso a propósito da noção de real, trazemos as palavras de Orlandi, ao tratar da incompletude do sujeito. Comenta a autora que “aqueles que são sábios dizem que se deve começar do começo. Mas dificilmente definem *o que é* ou *onde*³ *é o começo*” (ORLANDI, 1988, p. 09). Sentimo-nos um pouco incertos quanto ao lugar por onde começar, pois ao abordar a questão da incompletude da língua, pela língua, entendemos que nosso dizer está permeado pela impossibilidade: impossibilidade de dizer tudo, de controlar os sentidos, de abarcar esse real do qual falamos. Lembramos também a afirmação de Revuz, quando esta coloca que “falar é sempre navegar à procura de si mesmo com o risco de ver sua palavra capturada pelo discurso do Outro” (REVUZ, 2002, p. 220). Nesse processo de dizer e de (se) constituir ao constituir sentidos, começamos, pois, por mobilizar a noção de incompletude.

Nosso estudo tange a temática proposta para esta sessão – Real da língua, do sujeito, da história e do discurso – na medida em que leva em consideração o caráter incompleto da língua, a falta constitutiva do sujeito e, conseqüentemente, do processo discursivo, sendo este compreendido como resultante da relação entre sujeito e língua na história. Lembrando que o incompleto é justamente o lugar do possível ou, de acordo com Orlandi (1996, p. 71), “a condição do movimento dos sentidos e dos sujeitos”, tomamos como ponto de ancoragem, em um primeiro momento, a noção de real da língua, tal como desenvolvida por Milner (1987). Em um segundo momento, consideramos a noção de real da língua em sua relação com o real da história, como trabalhada por Gadet e Pêcheux (2004), mobilizando noções tais como as de equívoco, como ponto em que as ordens lingüística e histórica se enlaçam (Gadet e Pêcheux, 2004) e de posição sujeito, como “sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o

³ Os grifos são da autora.

interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva em relação com as demais”. (ORLANDI, 1996, p. 49).

A posição sujeito de que tratamos, além de se constituir entre discursos, comporta a singularidade do movimento entre línguas, pois, dentre os fatores que o constituem, estão dizeres em espanhol, português, francês, etc⁴. Indubitavelmente uma discursividade outra, mas não detalharemos aqui este particular. Consideraremos apenas que esse sujeito não se coloca somente entre posições discursivas, visto que esse deslocamento também é físico e, da mesma forma, são os lugares.

No discurso marcado por este lugar móvel de onde o sujeito fala, temos que a definição de língua, tal como a própria língua, não é formulada de modo fechado: “língua é X”. Faz-se uso de artifícios, montagens discursivas, estratégias que amenizariam a incompletude e dariam conta de uma significação. Em suma, existiriam outras formas de dizer que tudo não se pode dizer. A articulação⁵ de conceitos que analisamos neste estudo consiste, em nosso entendimento, em uma dessas outras formas de dizer. Temos observado, em textos dos pesquisadores que constituem o corpus de nossa pesquisa, a recorrência da noção de língua associada a outras noções como discurso, sujeito, cultura e identidade, em um encadeamento bastante peculiar. Tal relação se dá em uma forma triádica, na qual os conceitos são justapostos por meio de hífens. O objeto que abordamos em nossa análise consiste em uma dessas tríades, a qual se configura como *língua-cultura-identidade*.

Tomamos essa organização triádica em dois momentos: um primeiro, em que a articulação por meio de hífens, simularia uma unidade, relacionando entre si uma heterogeneidade conceitual. E um segundo, em que depreendemos que o deslocamento das tríades parece marcar o próprio deslocamento do sujeito, movimento no qual a língua parece ser a única constante. Dessa forma,

⁴ Quando tratamos desse movimento, não consideramos a possibilidade de se estar entre línguas dentro de um mesmo território ou de uma mesma língua, como desenvolve, dentre outros, Guimarães (2003). Falamos sobre línguas que carregam em sua designação (língua *francesa*, língua *portuguesa*, língua *espanhola*, etc.) as fronteiras entre um lugar e outro, com todas as implicações que isso possa ocasionar.

⁵ Estamos tratando de articulação como encadeamento de conceitos, embora a relação com articulação como desenvolvida por Pêcheux (1997) possa ser profícua.

entendemos os modos de re-organização da tríade como a representação do deslocamento do eu do plano estático – *minha* língua⁶, país, cultura, identidade – para o dinâmico – contato com o outro, movimento entre territórios e espaços lingüísticos. A própria articulação é remontada, mostrando esse duplo movimento de sentidos e de sujeito.

Entendemos que, apesar de a articulação ser re-dita, re-escrita e re-estruturada, em uma possível busca pela saturação e pela completude do dizer, os sentidos são móveis e fugidios. Quando brincávamos, em nosso título, com o impossível da definição, ou com o possível da indefinição, remetíamos-nos a esse não-dito no dizer, a esse não-todo na simulação do todo.

Poderíamos afirmar que há, nas seqüências que observamos, um movimento, o qual marca a definição de língua ou, em outras palavras, que a própria definição se configura a partir de um movimento. Essa mobilidade, representada na reestruturação triádica, consiste, para nós, na impossibilidade de se definir língua pela fórmula “língua é X”. No dizer do sujeito pesquisador da linguagem, constituído por deslocamentos entre línguas, a possibilidade de deriva se inscreve, fazendo com que à fórmula língua é X, acrescente-se “+ deslize”. Esses são efeitos de sentido produzidos via discurso e, quando tratamos de sentido, a partir do dispositivo teórico que mobilizamos, falamos, sobretudo, em possibilidade. Por esse viés, perguntamo-nos, se o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz, como nos coloca Orlandi (2001), por que o deslocamento do sujeito entre lugares não seria também constitutivo de seu dizer?

Enfim, para que pensemos nas (im)possibilidades e nas (in)definições de nosso objeto, seja ele a língua ou o discurso, deixamos, como borda não suturada de nosso dizer, as palavras de Gadet e Pêcheux (2004, p. 58), quando estes afirmam que “o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do ‘não-tudo’”.

⁶ Destacamos que o indicativo de propriedade em “*minha* língua” marca apenas uma ilusão constitutiva do sujeito.